



# **A CRISE DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE: O ESTADO SOCIAL EM TEMPOS DE AJUSTE NEOLIBERAL**

*Iris Karine dos Santos Silva<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

O presente trabalho tem o objetivo de tecer breves considerações acerca da crise do capital na contemporaneidade, atentando para falência do Estado Social, a luz da teoria social histórico crítica. As medidas de ajustes neoliberal são implementadas enquanto resposta a essa conjuntura, em que pese as alterações provocadas no bojo da produção capitalista e que exercem fortes efeitos para as condições de vida do conjunto da classe trabalhadora. Frente a esse cenário, o padrão de financiamento que acaba de se instaurar, pauta contundentemente a manutenção da produção capitalista com vistas a assegurar a reprodução do capital. Esse quadro é bastante perverso para o conjunto da classe trabalhadora, que além de serem os maiores financiadores na composição do fundo público através da tributação regressiva presente nos países de capitalismo periférico em que se destaca

---

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - UFS, linha de pesquisa Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social. Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2010-2015). Participou enquanto bolsista do grupo PET Serviço Social (2011-2015). Estudou sobre a estrutura fundiária de Sergipe, com foco no debate da questão agrária. Participou de um projeto de pesquisa sobre financiamento das políticas destinadas a pesca, ao meio ambiente e a agricultura. E-mail: iriskariness@yahoo.com

a particularidade do Brasil, se veem dependentes de um sistema de proteção social insuficiente. A atual etapa do desenvolvimento do capital mostra índices de sua falência, tendo como sustentáculo a esfera das finanças, que mascara sua real situação. As aproximações com o tema se deram através de pesquisa exploratória, recorrendo-se a revisão bibliográfica para a coleta dos dados.

**Palavras-chave:** Crise do capital; Estado Social; Ajuste Neoliberal; Capitalismo Financeiro.

## **THE CRISIS OF CAPITAL IN CONTEMPORARYITY: THE SOCIAL STATE IN NEOLIBERAL ADJUSTMENT TIMES**

### **ABSTRACT**

This study aims to brief considerations about the crisis of capital in contemporary times, noting failure of the welfare state, the light of historical critical social theory. The measures of neoliberal adjustments are implemented as a response to this situation, despite the changes brought about in the midst of capitalist production and exert strong effects on the living conditions of the entire working class. Faced with this scenario, the pattern of funding that has just been set up, strikingly agenda the maintenance of capitalist production in order to ensure the reproduction of capital. This picture is quite perverse for the whole working class, which besides being the largest lenders in the public fund composition through regressive taxation present in the countries of peripheral capitalism which highlights the particularity of Brazil find themselves dependent on a system inadequate social protection. The current stage of capital development shows indices of its bankruptcy,

taking as the basis the sphere of finance, which masks their real situation. The approaches to the subject were through exploratory research, making use of literature review for data collection.

**Keywords:** Capital Crisis; Social State; Neoliberal Adjustment; Financial Capitalism.

## INTRODUÇÃO

A crise instaura uma série de mudanças na produção capitalista e no mundo do trabalho, principalmente a partir do final dos anos 1960. Surge enquanto uma estratégia de reorganização do capital em termos de reprodução social, à medida que são expressão do desequilíbrio entre produção e consumo, estagnando os mecanismos de acumulação capitalista, ao impedir a transformação da mais-valia em lucro. Frente a esse cenário, tem-se o acirramento das contradições fundamentais do modo de produção capitalista, que afetam diretamente as relações antagônicas entre as classes sociais, gerando impactos tanto para os trabalhadores como para os capitalistas.

O conjunto da classe trabalhadora padece perante os desmontes dos direitos sociais, mediante um processo de contrarreforma. O capital por sua vez, ver seu poderio ameaçado, com os indícios da falência do sistema capitalista. Enquanto alternativa, tem-se início uma série de ofensivas para o mundo do trabalho, ao momento em que preza-se um novo perfil de trabalhador – polivalente e multifuncional – em um universo de trabalho cada vez mais precarizado, fragmentado e desterritorializado.

Este trabalho tem o intuito de subsidiar o debate acerca da crise do capital na contemporaneidade, atentando para o desmonte do Estado de Bem Estar Social. A pesquisa baseou-se no referencial teórico Materialista Histórico Dialético, por se tratar de uma perspectiva que contribui para desvelar a realidade, por meio de mediações que permitem a apreensão do

real em sua totalidade. Consistiu em um estudo exploratório e enquanto procedimento de coleta de dados, optou-se pela revisão bibliográfica da literatura encontrada que tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com a produção escrita, dita ou filmada sobre determinado assunto. (GIL, 2010).

## 1. CONTEXTUALIZANDO A CRISE DO CAPITAL

Com a fusão dos monopólios industrial e bancário o capital, na segunda metade do século XXI, presenciou um período denominado “onda longa expansiva”, sendo possível, sobretudo, graças a superexploração da classe trabalhadora com o fascismo e a Segunda Guerra Mundial. A partir daí acumulou-se capitais aplicados posteriormente na terceira revolução tecnológica, o que levou ao acúmulo de mais valia relativa, o superlucro dos monopólios e permitiu a expansão da taxa de lucro, ao passo que as massas trabalhadoras viviam em condições aceitáveis.

Dessa forma, até o começo dos anos 1970 as sociedades capitalistas, em especial a Europa ocidental, vivenciaram os “30 anos gloriosos”. Nessa época configurou-se o chamado “Estado de Bem Estar Social”, marcado pela responsabilização do Estado por boa parte da reprodução da força de trabalho e pelo crescimento econômico. Viana (1988) destaca que a ideia de um *Welfare State* (Estado de Bem Estar) vem para se diferenciar do Estado nazista que até então subjugava parte da humanidade, como também divergia do modelo de Estado liberal defendido por Adam Smith. O conceito de um Estado de Bem Estar é atravessado pela própria noção de Seguridade Social.

Seus traços marcantes estão no papel desempenhado pelos fundos públicos no financiamento da reprodução da força de trabalho e do próprio capital, na

emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de políticas sociais (educação, saúde, previdência, etc.) e na expansão do consumo de massa, padronizado, de bens e serviços coletivos. (VIANNA, 1998, p. 18).

No entanto, os anos de ouro não foram um desdobramento “natural” do capitalismo, mas sim uma estratégia de resposta à tendência a crise e a organização da classe trabalhadora, mediante o pacto keynesiano, em que foi instituída uma política de consenso e de coesão social, tendo o papel fundamental de minimizar os conflitos de classe. Nessa lógica o Estado intervinha ampliando direitos políticos e jurídicos, concedendo a parte da massa trabalhadora um mínimo de bem estar. Por meio disso há desmobilização dos trabalhadores, que deixam de lutar por suas demandas.

Por outro lado, o fordismo-taylorismo constituiu-se em uma importante estratégia para a retomada do crescimento. Assentado no modo de produção em massa, na produção em série e no controle do tempo, separa-se a concepção da execução do processo de trabalho, e por meio da linha de montagem introduzida por Ford, tudo é racionalizado, tabulado e formulado em busca do aumento da produtividade. Essa foi uma das condições que levaram a hegemonia norte-americana, no que concerne ao poderio industrial, tecnológico, financeiro e militar, em conjunto com os acordos e organismos internacionais, a exemplo do acordo Bretton Woods, da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com o esgotamento dos fatores que permitiram a longa expansão, com a baixa do percentual de lucros e a sobra de mercadorias nas prateleiras (a produção em massa não significou o consumo em massa), em meados dos anos 1975 ocorre a primeira recessão generalizada do pós-guerra. Tratou-se de uma crise clássica de superprodução, marcada por quedas nas taxas de crescimento e altas nas taxas de inflação, que são traços imanentes do sistema capitalista, afirmando a impossibilidade de gerir sem crises. Assim, “a

onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes.” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 224).

As políticas keynesianas não conseguem lidar com a internacionalização do capital, e em vista a queda da taxa de lucro, o capital capitaneia uma nova ofensiva contra as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores, dando lugar a uma grande recessão,

As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas e a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não são as mesmas, contrariando expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente. A explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974 – foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social estava abalado no capitalismo central e comprometido na periferia do capital onde não se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais. (BEHRING, 2009b, p. 09).

A crise atual aparece somada à ofensiva do capital contra o Estado Social, e vem expor as contradições do próprio sistema, que por um lado dispensa força de trabalho com a inserção de novas tecnologias, assinando a sentença de morte do pacto dos anos de crescimento (pleno emprego e

proteção social). Com a diminuição da força de trabalho empregada, tem-se uma queda considerável no valor das mercadorias, o que contribui para a desvalorização do capital<sup>2</sup>, haja vista o enfraquecimento do mercado consumidor. Diante deste cenário,

A solução local, orquestrada por uma aliança entre os poderes do Estado e as instituições financeiras, foi pioneira na virada ideológica e política neoliberal, que veio a ser implementada em todo o mundo na luta para perpetuar e consolidar o poder da classe capitalista. A receita era simples: esmagar o poder da classe trabalhadora, dar início ao arrocho salarial, deixando o mercado fazer seu trabalho e, ao mesmo tempo, colocando o poder do Estado a serviço do capital, em geral, e do investimento financeiro, em particular. Esta foi a solução da década de 1970 que está na raiz da crise de 2008 a 2009. (HARVEY, 2011, p. 141).

Essa ofensiva se assenta na reestruturação produtiva, na mudança da composição do exército industrial de reserva, na mundialização do capital, na contrarreforma neoliberal. O neoliberalismo se constitui em uma reação teórica e política ao keynesianismo e ao Welfare State, e que responsabilizam o poder dos sindicatos e os gastos sociais pela crise. Surge no contexto

---

2 “O exame do fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais a acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido: i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. Um bloqueio em qualquer um desses pontos interrompe a continuidade do fluxo de capital e, se prolongado, acaba produzindo uma crise de desvalorização.” (HARVEY, 2011, p. 46-47).

de decadência econômica entre os anos 1960 e 1973, se estendendo a partir dos anos 1990 para todos os países ao redor do mundo.

Dada a situação concreta, o aumento da taxa de lucro só poderia ser obtido por meio de uma enorme intensificação da exploração dos trabalhadores. Essa intensificação, por sua vez, tanto poderia resultar do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), como da introdução de novas tecnologias e novas relações no trabalho (mais-valia relativa) ou, o que é mais comum, da combinação de ambos. Daí o surgimento do chamado “toyotismo” e sua articulação com a forma anterior da produção, chamada “fordismo”, a precarização e a terceirização no âmbito do trabalho, a erosão dos direitos trabalhistas e sociais, a desregulamentação da economia e todo o conjunto de privatizações. (TONET, 2009, p. 109).

A crise atual possui abrangência global, não se trata apenas de uma crise financeira, mas se refere a uma crise estrutural do capital, que pode ser comparada a crise de 1929, ou apresentar efeitos ainda mais catastróficos. Outro aspecto refere-se que o mundo inteiro está envolvido na atual crise, devido a mundialização do capital, agora não é possível transferir as consequências da crise para os países de capitalismo periférico, muito embora a crise apresente especificidades de um local para o outro.

[...] as crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável. (HARVEY, 2011, p. 65).



Harvey (2011) aponta ainda que a crise é definida, como falta de crescimento, se constitui em um elemento inerente a história do desenvolvimento capitalista, pois esse modo de produção é permeado por uma séria de crises econômicas<sup>3</sup>.

---

3 “Principais crises e ajudas estatais a empresas (1973-2009):

1973-1975 Colapso dos mercados imobiliários nos EUA e na Inglaterra; crises fiscais dos governos federal, estadual e local nos EUA (a cidade de Nova York à beira da falência); aumento do preço do petróleo; e recessão.

1979-1982 Alta da inflação e o choque de Volcker na taxa de juros levam à Recessão Reagan, com um índice de desemprego acima de 10% nos EUA e consequências em outros países.

1982-1990 Crise da dívida dos países em desenvolvimento (México, Brasil, Chile, Argentina, Polônia etc.), causada pelo choque de Volcker na elevação da taxa de juros. Banqueiros de investimento nos EUA são socorridos por ajudas a países em dívida organizadas pelo Tesouro estadunidense e um FMI revitalizado (livre dos keynesianos e armado com programas de “ajuste estrutural”).

1984 O banco Continental Illinois é socorrido pelo Fed, pelo Tesouro e pela agência de controle de investimentos bancários dos EUA.

1984-1992 Falências de instituições de poupança e empréstimos estadunidenses que investiam no mercado imobiliário. Fechamento e socorro do governo a 3.260 instituições financeiras.

Recessão no mercado de propriedades na Inglaterra após 1987.

1987 Furacão nos mercados financeiros, em outubro, que leva a injeções de liquidez em massa pelo Fed e o Banco da Inglaterra.

1990-1992 Crises nos bancos nórdicos e japoneses em consequência das dinâmicas do mercado imobiliário. Ajuda financeira ao City Bank e ao Bank of New England, nos EUA.

1994-1995 Socorro ao peso mexicano para proteger os investidores estadunidenses com participações na dívida de alto risco do México. Perdas maciças em derivativos que culminaram na falência do condado de Orange e perdas severas em outros governos municipais com investimentos de alto risco semelhantes.

1997-1998 Crise da moeda na Ásia (em parte causada pelo mercado imobiliário). A falta de liquidez leva a falências em massa e aumento do desemprego, criando oportunidades para instituições predatórias fazerem lucros rápidos após intervenções punitivas do FMI (Coreia do Sul, Tailândia etc.)

1998 Socorro financeiro do Fed ao Long Term Capital Management, nos EUA

1998-2001 Crise da fuga de capital na Rússia (que vai à falência em 1998), Brasil (1999), culminando na crise da dívida argentina (2000-2002), a desvalorização do peso, seguida de desemprego em massa e revoltas sociais.

[...] a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise (NETTO; BRAZ, 2006, p. 167).

Na história do desenvolvimento capitalista as instituições financeiras internacionais passaram a exercer um poder significativo, no domínio do dinheiro e do crédito. Tanto que um bloqueio no sistema de crédito representa um risco para a acumulação do capital. A questão da urbanização no capitalismo tornou-se um negócio bastante rentável, útil na absorção dos capitais excedentes e de certo modo, se pautam na expectativa de valorização futura através da geração de lucros. O cerne da crise vivenciada na atualidade, tem seu centro na desregulamentação do sistema de crédito, mas tem como pano de fundo a repressão salarial, que ocasiona baixa demanda efetiva. (HARVEY, 2011).

Tonet (2009) apresenta que a crise possui enquanto fundamento material a queda da taxa de lucro, é em função da busca incessante pelo aumento da taxa de lucro que se desenvolve toda a lógica capitalista. Frente a isso, recorrer a especulação foi a saída possível encontrada pelo capital para a tendência a queda da taxa de lucro.

---

2001-2002 Colapsos da bolha ponto.com e dos mercados financeiros; falência da Enron e da WorldCom. O Fed corta a taxa de juros para equilibrar o mercado de valores e futuros (a bolha do mercado imobiliário começa).

2007-2010 Crises ligadas ao mercado imobiliário nos EUA, Inglaterra, Irlanda e Espanha, seguidas por fusões forçadas, falências e nacionalizações de instituições financeiras. Socorros estatais em todo o mundo a instituições que investiram em derivativos, fundos de cobertura etc., seguidos de recessão, desemprego e colapsos no comércio internacional, além de variados pacotes de estímulo no estilo keynesiano e injeções de liquidez pelos bancos centrais." (HARVEY, 2011, p. 226).

Fugindo da baixa rentabilidade, os grandes capitais privilegiaram, em suas novas aplicações, o setor financeiro. O conseqüente processo especulativo que se acentuou no fim da década de 1970 foi favorecido pela quebra do acordo de Breton Woods em 1971 e pela política de endividamento externo seguida por diferentes países. Fortalece esse processo a elevação das taxas de juros internacionais determinada pela política norte-americana no início dos anos 80 e, mais para o fim, o fenômeno de “titulização” das dívidas de diferentes estados. (CARCANHOLO, 2009, p. 52).

Netto e Braz (2006) destacam que a fase contemporânea do capitalismo, ampliou sobremaneira os fluxos econômicos mundiais, com a particularidade que não derivam apenas da sua expansão. As transações comerciais se dão especialmente, entre os países centrais – a Tríade – Estados Unidos, União Européia e Japão. Uma outra característica, é a formação de blocos geoeconômicos, que estabelecem normas específicas para as negociações, estabelecendo também a interlocução entre mercados e investimentos.

Contudo, a alteração que mais se sobressai é a *financeirização do capital*

[...] que ocorreu a partir de meados da década de 1970 foi espetacular por seu estilo predatório. Promoções de ações e manipulações de mercado; esquemas Ponzi e fraude corporativa; parcialização de ativos por fusões e aquisições; promoção de níveis de facilitação do endividamento que reduz populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a escravidão pela dívida; expropriação dos ativos (o assalto dos fundos de pensão e sua dizimação pelos colapsos das ações e corporações) – todas essas características são fundamentais para explicar o capitalismo contemporâneo. (HARVEY, 2011, p. 198).

Observa-se agora, o controle por um número reduzido de bancos das finanças internacionais, impulsionado pelas novas ferramentas informacionais, que permitem a comunicação instantânea entre sujeitos econômicos onde estiverem dispostos. A financeirização é derivada de um padrão de produção em que a indústria vinha gerando lucros não satisfatórios, mediante a superacumulação<sup>4</sup>.

Ameaçados na esfera da produção, os EUA contra-atacaram impondo sua hegemonia através das finanças. Mas para que este sistema funcionasse efetivamente, os mercados em geral, e os mercados de capital em particular, deviam ser forçados a abrirem-se para o comércio internacional – um processo lento que exigiu da pressão interna dos EUA respaldada pelo uso de fatores de influência internacional tais como o FMI e do compromisso igualmente intenso com o neoliberalismo como a nova ortodoxia econômica. (HARVEY, 2004, p. 113).

A economia fundamentada nas finanças mascara a dominação exercida pelo setor financeiro e pelo capital transnacional sobre os países subjugados, obedecendo a cartilha das grandes corporações financeiras internacionais – o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio. A primeira vista, tem-se finalmente a mágica de que dinheiro se reproduza enquanto um ente autônomo e seja capaz de gerar mais dinheiro, o que seria cômico se não fosse trágico. Pois, conforme já advertia Marx (1996), só é possível gerar mais dinheiro

---

4 “A sobreacumulação em um determinado sistema territorial supõe um excedente de trabalho (crescente desemprego) e excedente de capital (expresso como uma superabundância de mercadorias no mercado que não pode se vender sem perdas, como capacidade produtiva inutilizada, e/ou excedentes de capital, dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável).” (HARVEY, 2004, p. 96).

através da incorporação de mais-valia obtida através do emprego da força de trabalho.

À medida que esses governos ampliaram as condições de crédito, compraram títulos podres, compraram ações das empresas produtivas e financeiras em risco de quebra, retiraram das mãos dessas empresas aquele capital fictício que estava sendo desvalorizado ou que simplesmente se destruía. Aquilo que já era fumaça, pura ficção, voltou a ser realidade, pelo menos parcialmente pela ação desses governos. Eles, apoiando-as, retiraram por um lado capital fictício do mercado, mas voltaram a recriá-lo, por outro, uma vez que esse apoio esteve baseado em crescimento da dívida pública. (CARCANHOLO, 2009, p. 54).

A crise atual não é apenas uma crise cíclica do capital, de que o sistema é capaz de se reestabelecer e de retornar ao seu funcionamento normal, não é atribuída apenas a política sem freios de desregulamentação financeira, mas é a ponta do iceberg de um processo mais amplo, que reflete a falência da atual etapa do capitalismo (CARCANHOLO, 2009).

A relação entre representação e realidade no capitalismo sempre foi problemática. Dívida refere-se ao valor futuro de bens e serviços. Isso sempre envolve um palpite, que é definido pela taxa de juros, descontando no futuro. O crescimento da dívida desde os anos 1970 se refere a um problema fundamental subjacente, que eu chamo de “problema da absorção do excedente de capital”. Os capitalistas estão sempre produzindo excedentes na forma de lucro. Eles são forçados pela concorrência a recapitalizar e investir uma parte desse excedente em expansão. Isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas. (HARVEY, 2011, p. 30).

## 2. ALTERAÇÕES NO PADRÃO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO E CONSEQUÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Conforme sinalizou-se o *Welfare State* consistiu no padrão de financiamento público da economia capitalista, pode ser entendido como uma esfera pública que se sustenta em regras pactuadas, em que o fundo público corrobora com a acumulação do capital e com o financiamento da reprodução da força de trabalho. O capital de uma forma ou de outra, sempre contou com a participação do Estado através do provimento de recursos públicos, mesmo que isso não fosse a regra no âmbito do sistema capitalista.

No entanto, “[...] o financiamento público contemporâneo tornou-se abrangente, estável, e marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos, criou-se como já se assinalou, uma esfera pública ou um mercado institucionalmente regulado.” (OLIVEIRA, 1998, p. 21). O fundo público contribui a partir de agora para os capitais particulares, para assegurar as condições de vida dos trabalhadores e se constitui em um componente estrutural insubstituível ao atuar na formação da taxa de lucro.

Oliveira (1998) expõe que o padrão de financiamento público do Estado-providência está em crise, que através do constante aumento do déficit público, tem levado a crise fiscal do Estado, marcada pela inflexão na receita e no gasto público. Na verdade, o que ocorre é a falácia de que a maior demanda por proteção social acarreta um maior gasto público, no entanto na prática esse maior percentual se dá em virtude do socorro ao empresariado. Há a reorientação do fundo público para atender aos requisitos de reprodução do capital, aliado a baixa taxação sobre o empresariado e a papel exercido pelas dívidas públicas na canalização de recursos do Estado<sup>5</sup>.

---

5 “As políticas ‘desenvolvimentistas’ a que se refere a presidente do Brasil integram um conjunto de políticas econômicas e sociais baseadas em tendências como destinação do fundo público para pagamento da dívida pública, manutenção de elevadas taxas de juros, carga

Laurell (1995) destaca que a crise fiscal dos estados latino-americanos, não se deve aos gastos sociais conforme amplamente divulgado, mas sim a questão da dívida pública, impulsionada por relações econômicas nacionais e internacionais. A título de informação, a taxa de juros da dívida externa aumentou de 4% para 17% em 1980, em vista a queda dos preços dos produtos exportados pelos países subdesenvolvidos. Além disso, a desregulamentação financeira contribuiu sobremaneira para o crescimento desordenado do serviço da dívida, o que gerou, para garantir seu pagamento, em profundos cortes nos gastos públicos, com ênfase para o social<sup>6</sup>.

E qual a base do fundo público? A tributação. No Brasil, a título de ilustração, há o predomínio de uma maior tributação através de impostos indiretos, que incidem sobre os rendimentos dos trabalhadores assalariados. No que toca a diferença entre tributação progressiva e regressiva, a

---

tributária elevada e regressiva, redução ou não ampliação de recursos para as políticas sociais universais, aumento do gasto social em políticas sociais focalizadas de transferência de renda, contingenciamento de gastos sociais, congelamento de salários no setor público, prioridade para as metas de “superávit primário” e controle da “inflação”, realização de reformas de caráter neoliberal com redução de direitos da previdência social e privatizações, além de ausência de controle de capitais.” (FATORELLI, 2011 *apud* BOSCHETTI, 2013, p. 356).

- 6 “O governo anunciou nesta sexta-feira (19) um corte de R\$ 23,4 bilhões no Orçamento de 2016, em meio a dúvidas sobre a possibilidade de cumprir a meta fiscal do ano. O corte vai atingir o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em R\$ 4,2 bilhões. Os ministérios da Saúde e Educação terão os maiores contingenciamentos - de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente. O governo também revisou a projeção de queda do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano de -1,9% para -2,9%. Sobre 2015, o governo estima que a economia tenha recuado 3,7%. Para o IPCA, a projeção é de 7,1%, acima do teto da meta de 6,5%, para 2016. O ministro Nelson Barbosa (Fazenda) apresentou ainda uma proposta de “readequação fiscal”, que acomoda frustrações de receita na meta de superavit primário (diferença de receitas e despesas do governo, exceto gastos com juros da dívida). Pela proposta, o limite de deficit permitido para 2016 ficará em R\$ 60,2 bilhões para o governo federal, o equivalente a 0,97% do PIB. A meta aprovada no Congresso é uma economia para pagamento da dívida de 0,5% do PIB, ou R\$ 30,5 bilhões (R\$ 24 bilhões de responsabilidade do governo federal e R\$ 6,5 bilhões de Estados e municípios).” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1741101-governo-corta-r-234-bilhoes-no-orcamento-e-ve-retracao-maior-do-pib.shtml>>. Acesso em 01 abr. 2016.

primeira baseia-se em tributos diretos advindos da renda e do patrimônio, por não poderem ser transferidos para outros, pelo menos em linhas gerais, já a segunda refere-se a aplicação de tributos indiretos, como na produção e no consumo de bens e serviços, ou seja, para os preços dos produtos adquiridos pelos consumidores. (SILVA, 2011).

Melo (2009) apresenta as particularidades da tributação no Brasil, que explora insuficientemente os impostos sobre a renda e a propriedade, configurando-se como um sistema regressivo. Também o patrimônio é pouco tributado no país, gerando a “[...] a supertributação na atividade econômica, onerando a produção e o consumo, aumentando os custos de produção, elevando os preços e diminuindo a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.”

A carga tributária concentrada em tributos indiretos, que podem ser repassados para outros consumidores, faz com que os consumidores finais sejam os responsáveis majoritários pelo pagamento desses encargos, o que não favorece a população com renda mais baixa. O que acontece nesse caso, é que as classes menos favorecidas, comprometem uma parte maior do salário para o pagamento dos tributos, já que a grande parte dos tributos incide sobre a produção e a circulação de bens e serviços, que podem ser repassados para terceiros, através do consumo dos produtos.

Além de predominar a tributação sobre o consumo, que onera exacerbadamente a classe trabalhadora, a tributação sobre a renda também é extraída em boa parte dos trabalhadores, pois a tributação sobre o capital via Contribuição Social sobre Lucro Líquido, pode ser repassada para o preço das mercadorias. Logo, os trabalhadores são os financiadores majoritários do orçamento público, e as próprias políticas sociais ficam a cargo da população pobre, sem falar no financiamento do rentismo.

Vemos assim que grande parte do orçamento é financiada pela classe trabalhadora diretamente (previdência) ou indiretamente (contribuições repassadas para o preço dos produtos). Embora todos os cidadãos



paguem o mesmo valor nos impostos dos produtos, proporcionalmente paga mais quem ganha menos. (SILVA, 2011).

Salvador (2010) alerta que as contribuições sociais destinadas para o fundo público são frequentemente canalizadas para políticas fiscais, mais especificamente para a amortização e juros da dívida e para a realização de reservas com vistas a alcançar as metas do superávit primário. Detendo-se a essa questão, temos que o pagamento da dívida se dá mediante a geração de um elevado superávit primário, o que acarreta a precarização das políticas sociais, sabendo que essa medida macroeconômica assinada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), é mantida com recursos extraídos do orçamento da seguridade social. (BOSCHETTI, 2010).

O superávit primário é uma ferramenta contábil, que se transformou em um elemento estratégico para a política econômica. Com estabelecimento da “meta do superávit primário” o governo passa a buscar o aumento excessivo da arrecadação e a diminuição das despesas. É importante enfatizar que no cálculo do superávit primário não estão incluídas as despesas com a dívida, por isso denomina-se dessa forma, para distinguir do déficit ou superávit total, que inclui o pagamento da dívida.

Comumente o governo usa os números do superávit primário para ilusoriamente afirmar que está realizando uma política de austeridade fiscal, ao manter as contas equilibradas ao assegurar que as despesas não são maiores que a receita. No entanto, a fazer isso, o governo está maquiando a real situação das contas públicas, pois o superávit primário não inclui o dispêndio de recursos para o pagamento da dívida, o que acaba escondendo o déficit ocasionando com esse pagamento. (FBO, 2004).

Um outro agravante é sinalizado por Boschetti (2010), pois mesmo com o regime de “apertos de cintos” que o governo impõe para gerar superávits superiores ao percentual exigido pelo o FMI, a dívida pública continua crescendo em proporções alarmantes. Isso justifica-se pelo fato de que o superávit não é a única ferramenta utilizada para o pagamento da dívida, que é

executado também via renegociações e rolagem, por meio da emissão de novos títulos. Daí decorre a perversa alquimia que circunda a dívida pública, pois os títulos públicos que a constituem são capital fictício, não possuem valor real. No entanto, esses títulos dão direito aos credores terem acesso ao montante da riqueza produzida socialmente através do trabalho.

Com esse processo, observa-se que um pequeno grupo de capitalistas se apropria de boa parte da parcela de tributos onerados pelo Estado, por meio dos impostos cobrados da classe trabalhadora. É importante ressaltar ainda, o caráter “sanguessuga” que esses capitalistas assumem, pois além de ter acesso a uma parcela significativa da riqueza socialmente produzida, costumeiramente esses credores pagam um percentual de impostos muito aquém do que deviam, devido ao cariz regressivo da tributação no Brasil, sem falar nos incentivos fiscais e isenções que a eles são concedidos.

E quem são os credores da dívida? Os grandes bancos multinacionais que estão cada vez mais presentes no país e os fundos de investimento. Nesse último, leia-se fundos de investimentos que beneficiam credores em potencial, empresas privadas e também investidores estrangeiros, mesmo que qualquer um possa participar desses fundos ao aplicar o que resta na sua conta bancária.

Assim, a quebra do Estado-providência se justifica em virtude da internacionalização financeira e produtiva da economia capitalista. Veja bem, “a regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos da produtividade, a elevação do salário real, se circunscreveram aos limites – relativos, por certo –, da territorialidade nacional dos processos de interação daqueles componentes da renda e do produto.” (OLIVEIRA, 1998, p. 26).

Em suma, a internacionalização do capital fez com que os ganhos fiscais decrescessem, deixando ainda para os fundos públicos nacionais a responsabilidade pela manutenção do capital e da força de trabalho, assim tinha-se uma receita menor, para um déficit bem maior, sendo que os retornos fiscais oriundos de uma multinacional, por exemplo, não ficam restritos ao

país em que se situa a sede, já o financiamento público se restringe a territorialidade. Frente a esse cenário, o capital reagiu na tentativa de diminuir a carga fiscal.

O ajuste tem passado, na verdade, pela desregulamentação dos mercados, pela redução do deficit fiscal e/ou do gasto público, por uma clara política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive como condição para empréstimos dos países da periferia. Para a política social, assim, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil [...]. (BEHRING, 2009a, p. 12).

As promessas neoliberais não foram exitosas<sup>7</sup>, o capitalismo desde então não conseguiu se reerguer em bases estáveis conforme registrado anteriormente, não alcançando os níveis de crescimento almejado. O controle da inflação e a retomada da taxa de lucros se deu calcado no aumento do nível do desemprego e na queda da tributação, esse primeiro elemento

---

7 “Para que a acumulação do capital volte a 3% de crescimento composto será necessária uma nova base para lucrar e absorver o capital. A forma irracional de fazê-lo, no passado, foi com a destruição dos êxitos de eras precedentes por meio de guerra, desvalorização de bens, degradação da capacidade produtiva, abandono e outras formas de “destruição criativa”. Os efeitos são sentidos não apenas no mundo da produção e comércio de mercadorias. Vidas humanas são afetadas e até fisicamente destruídas, carreiras inteiras e sucessos de uma vida ficam sob risco, crenças profundas são postas em questão, mentes são feridas e o respeito pela dignidade humana fica de lado. A destruição criativa detona o bom, o belo, o mau e o feio do mesmo modo. Crises, pode-se concluir, são os nacionalizadores irracionais de um sistema irracional.” (HARVEY, 2011, p. 175).

elevou a demanda por proteção social e em consequência, elevou o gasto público. Somado a isso, as operações especulativas começaram a marcar cada vez mais presença no cenário econômico, impulsionadas pela desregulamentação financeira. (BEHRING, 2009b).

O capitalismo será capaz de sobreviver ao presente trauma? Sim, e claro. Mas a que custo? Essa pergunta encobre outra. A classe capitalista poderá reproduzir seu poder em face do conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos e geopolíticos, além das dificuldades ambientais? Novamente, a resposta é um sonoro “sim”. Mas as massas terão de entregar os frutos de seu trabalho para quem está no poder, ceder muitos dos seus direitos e ativos (de todos os tipos, desde habitação a previdência) conquistados com dificuldade e sofrer degradações ambientais em abundância, sem falar nas serias reduções em seus padrões de vida, o que significa fome para muitos daqueles que já lutam para sobreviver no fundo do poço. Mais do que um pouco de repressão política, violência policial e controle militar do Estado vão ser necessários para conter a agitação resultante. Mas também haverá apertos e mudanças dolorosas na localização geográfica e setorial do poder da classe capitalista. A classe capitalista não pode, se a história for um guia, manter seu poder sem mudar seu caráter e mover a acumulação para uma trajetória diferente e novos espaços (como o Leste Asiático) (HARVEY, 2011, p. 175-176).

No âmbito do trabalho, a crise atual leva a crescente diminuição do trabalho formal<sup>8</sup>, em virtude do incremento as novas tecnologias e as novas

---

8 “Segundo o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e da Previdência Social), a agropecuária foi o único setor de atividade econômica

formas de gestão e organização do trabalho. Por outro lado, tem-se o crescimento do desemprego, do trabalho informal, e a precarização exacerbada do trabalho, com cortes de direitos trabalhistas, sem falar na existência de formas análogas a escravidão.

As consequências da crise não se restringem apenas aqueles trabalhadores que estão excluídos do mercado de trabalho, mas se estendem também para aqueles que estão em vínculos de trabalho formal, que se veem diminuídos em virtude da introdução de novas tecnologias. Além disso, este último grupo padece com a flexibilização das leis trabalhistas e o incremento as novas formas de organizar a produção, que versam sobre controle de qualidade pelos próprios trabalhadores, abertura para a participação e colaboração em algumas decisões da empresa.

Essas estratégias levam ao aumento da produtividade do trabalho e consequentemente a ampliação dos lucros capitalistas, em face a um cenário de superexploração do trabalhador, que padece com baixos salários e condições de vida precária. Ademais, a classe trabalhadora em nenhum outro momento se viu tão minada e fragmentada, os trabalhadores diante destas novas estratégias são levados a competir entre si, surgem novos segmentos a e exemplo dos trabalhadores terceirizados, precarizados em um grande volume de desempregados.

O mais surreal desse contexto é que os males dos quais padecem a classe trabalhadora, não advém da ausência de capacidade de produzir riquezas, mas contraditoriamente, se justificam por essa capacidade ter sido levada a sua última instância. Tal fato, obedece a lógica contraditória de desenvolvimento do capital, a riqueza ao ser produzida enquanto propriedade privada serve apenas ao pequeno grupo que a detém, em detrimento da situação

---

que gerou postos de trabalho (com carteira) em 2015, embora em número pequeno. Em 2015, o Caged apontou a perda de 1,5 milhão de postos de trabalho com vínculo de trabalho celetista, isto é, emprego com carteira assinada, exclusive o emprego doméstico. Em números absolutos, o setor de atividade que mais eliminou postos foi a indústria de transformação. Em termos relativos, a construção civil lidera a perda de empregos." (DIEESE, 2016, p. 02).

de vida da classe trabalhadora, que são seus produtores, através da produção social do trabalho. O objetivo primário do capital é obter lucro, não, pelo contrário atender as necessidades humanas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O crescimento infinito é o patamar impossível de ser alcançado dentro dos limites do sistema capitalista, a acumulação do capital beira a estagnação decorridos os últimos trinta anos, e traz em seu percurso uma história assentada na extrema desigualdade entre as classes. Nessa mesma lógica, a crise é muito mais nociva para os segmentos da classe trabalhadora, do que para a classe capitalista.

O fundo público é utilizado como mecanismo de acumulação e manutenção do capital, o que acarreta consequências para a configuração das políticas sociais na contemporaneidade, com sua composição de caráter regressivo, mediante maiores encargos para classe trabalhadora impulsionada pela desigual distribuição de renda, em que quem paga a conta são os trabalhadores. É o paraíso dos ricos que possuem todas as condições para aumentar suas riquezas em larga escala, ao gozarem de pequena tributação em relação aos seus rendimentos e assim poderem acumular mais dinheiro que é investido em títulos da dívida pública, permitindo realizar uma sangria no fundo público.

Assim, esses recursos podem ser apropriados pelo capital portador de juros mediante o pagamento da dívida pública, acarretando a destituição dos direitos sociais conquistados, com a perversa lógica orçamentária contra reformista, regida pelo capital financeiro. A única saída para reverter essa situação seria a auditoria da dívida, indo de encontro aos preceitos dos credores nacionais que seguem sugando a riqueza do país. Analisar minuciosamente cada operação, seja de troca de título ou de resgate, atentando

também para todos os investidores da roleta da dívida, seja ele de grande porte ou de pequeno.

Recebido em outubro de 2016.

Aprovado em dezembro de 2016.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Política social no contexto da crise capitalista**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009b.

BOSCHETTI, I. **Crise do capital e custos para a Política Social**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12, 2010, Brasília. Anais... Rio de Janeiro; CFESS, 2010. CD ROM.

\_\_\_\_\_. **Políticas de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas sociais**. SER Social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. - dez. 2013.

CARCANHOLO, R. A. **A atual crise do capitalismo**. Crítica Marxista, n.29, p.49-55, 2009.

DIEESE. **Boletim de Conjuntura: a economia em um mundo de incertezas**. n. 6. mar. 2016.

FÓRUM BRASIL DO ORÇAMENTO. **Cadernos para discussão: Superávit Primário**. 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 151-178.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MELO, A. L. D. **A estrutura da carga tributária brasileira e o seu impacto na distribuição de renda**. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Econômicas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2009.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALVADOR, E. V. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, G. S. **Fundo Público e Políticas Sociais: o trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros**. Anais... Circuito de Debates Acadêmicos, 1. IPEA, 2011.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

VIANNA, M. L. T. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan, 1988. ●